



Fonte:



Jornal

por Agência Lusa, Publicado em 19 de Abril de 2010

BE questiona Governo sobre problemas no sistema informático que suporta regulamento das custas processuais

A deputada do **Bloco de Esquerda** (BE) Helena Pinto questionou hoje o Governo sobre dificuldades causadas pelo **sistema informático** que suporta o novo regulamento de custas processuais, situação que alegadamente está a prejudicar milhares de utentes dos **tribunais**.

"Significa isto que milhares de pessoas estão a ser prejudicadas, não podendo receber as verbas a que teriam direito, ao mesmo tempo que se impossibilita que os **processos** sejam dados como findos. Esta situação é completamente inaceitável e arrasta-se desde que o regulamento (das custas processuais) entrou em vigor", refere o BE, em pergunta dirigida ao **Ministério da Justiça**.

Helena Pinto pretende saber como justifica o Ministério da Justiça que, um ano após a entrada em vigor do regulamento das custas processuais, ainda "persistam problemas com o sistema informático e se o **Governo** pretende iniciar um processo de revisão do Código das Custas Processuais que promova o acesso mais rápido e menos dispendioso à Justiça".

Segundo o BE, o regulamento das custas processuais, aprovado pelo anterior Governo socialista no uso de uma autorização legislativa da Assembleia da República, veio "agravar ainda mais as dificuldades dos cidadãos no acesso à Justiça".

"Este novo regulamento veio aumentar o valor dos processos e criar uma situação de absoluta discricionariedade em relação ao seu valor final. Quando um cidadão se dirige a um advogado para recorrer à Justiça e lhe pergunta quanto vai gastar, o advogado não lhe sabe responder com exactidão - depende do decorrer do processo, de decisões do juiz durante o processo. Mas uma coisa é certa: terá que pagar uma quantia, de uma só vez, no início do processo (anteriormente esta quantia era dividida)", considerou o BE.

O BE refere que, sendo o apoio judiciário muito limitativo e abrangendo apenas pessoas que praticamente não têm rendimentos, o regulamento das custas veio tornar a justiça "mais cara e como consequência de mais difícil acesso para a maioria das pessoas".

"As denúncias foram várias na data em que entrou em vigor", mas o anterior Governo e o PS mantiveram a sua posição, "apenas cedendo na alteração que isentou de custas os processos de adopção, alteração feita pela Assembleia da República", lembra o BE.

Helena Pinto sublinhou que o atual ministro da Justiça, Alberto Martins, já reconheceu na Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias que a Justiça "estava muito cara".

Quanto às dificuldades do sistema informático, o BE alega que milhares de pessoas estão "atingidas, não podendo receber as verbas a que teriam direito, ao mesmo tempo que se impossibilita que os processos sejam dados como findos". Por isso, questiona o MJ sobre quantos cidadãos estão a ser prejudicados com esta situação e qual o **valor** envolvido.

Este texto foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico